

DISCURSO E SUBJETIVAÇÃO NAS/EM REDES: UMA ANÁLISE DO ENUNCIADO *INTERVENÇÃO MILITAR JÁ* NO FACEBOOK

*Rosiene Aguiar Santos*¹

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

*Dra. Gerenice Ribeiro de Oliveira Cortes*²

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: A Análise de Discurso francesa (AD), fundada por Michel Pêcheux (1969, 1975, 1983), se constitui epistemologicamente pela teoria não-subjetiva da subjetividade, em que o sujeito não é o dono do seu dizer, mas é afetado pela história, pela ideologia e pelo inconsciente. Nesse processo, o discurso é definido como efeitos de sentidos entre interlocutores, sendo o sentido constituído juntamente ao sujeito, que é sempre uma posição assumida entre outras. Além dessas, serão mobilizadas também, as noções teóricas de mecanismo imaginário, silenciamento e metáfora discursiva, assim como as contribuições da História e dos estudos sobre o Discurso Digital. Este artigo visa, portanto, analisar o funcionamento dos efeitos de sentidos e as distintas posições-sujeitos ocupadas no funcionamento discursivo do enunciado *Intervenção Militar Já*, na rede social *Facebook*. Nota-se que há um anseio de uma nova tomada de poder por militares no Brasil, assim, esse discurso mobiliza a memória da Ditadura Militar de 1964. Neste processo analítico, o *corpus* será constituído de duas postagens e três comentários, de cada uma, delimitando assim em oito sequências discursivas (SDs). A análise mostra o funcionamento de posições-sujeito que representam a tentativa de apagamento do que foi a Ditadura, que historicamente significou um período de governo autoritário e de repressão à sociedade. Assim, no discurso de anseio por uma nova interferência das forças armadas, funciona o silenciamento de todas as mazelas daquele regime. Mas também há posições-sujeito de resistência ao discurso da intervenção militar, sendo esta vista como ignorância política e histórica.

Palavras-chave: Análise do Discurso Digital. *Facebook*. *Intervenção Militar Já*.

1. Introdução

A Análise de Discurso (AD) surgiu na França sendo seu principal autor Michel Pêcheux (1969, 1975, 1983). Pêcheux buscou, através dessa nova disciplina, estudar a relação da linguagem com exterioridade e, dessa forma, apresenta um novo objeto de estudo, o discurso, que se materializa na linguagem, sendo esta tomada em sua não-

¹ Mestranda, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin). E-mail: roseagui13@hotmail.com

² Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco. (UFPE); Professora Adjunta do Departamento de Letras da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin). E-mail: cortesgr@gmail.com

transparência. O Discurso é definido como o efeito de sentido entre os interlocutores (PÊCHEUX, 1969). A AD compreende que não existem sentidos já estabelecidos, e sim que há sempre a possibilidade de os sentidos se tornarem outros, observando as condições de produção (CP) de determinado discurso.

Para se compreender as condições de produção do discurso, Orlandi (2003) apresenta duas formas, uma no sentido estrito, que diz respeito ao contexto imediato da enunciação, e a outra, de forma mais ampla, determina que as CP incluem as determinações históricas e ideológicas. A mesma autora também acrescenta que a memória discursiva também é parte das CP de um discurso, já que um discurso sempre retoma outros discursos e já ditos. Para este estudo, mobilizamos, em especial, as noções teóricas de discurso, posições-sujeito, mecanismo imaginário, memória e metáfora discursiva e silenciamento, assim como as contribuições da História e dos estudos sobre o Discurso Digital.

Neste trabalho, em que analisamos o enunciado *Intervenção Militar Já*, foi constituído um *corpus* de duas postagens e de três comentários de cada uma, delimitando assim em oito sequências discursivas (SDs) provenientes da rede social *Facebook*. Nessa trama, percebemos que é mobilizada a memória discursiva da Ditadura Militar que ocorreu no Brasil de 1964 até 1985. Aqui o enunciado é entendido de acordo com a concepção de Foucault, especificado por Courtine (1981), uma vez que apresenta uma existência material e está situado numa relação entre o intradiscurso - lugar da enunciação do sujeito e atualização de uma memória através de uma formulação discursiva - e o interdiscurso, a memória longa, o conjunto dos já-ditos. (COURTINE, 1981, pp. 90-91).

Inscritas na *internet*, as redes sociais têm mudado de forma significativa as relações humanas e sociais, principalmente no que diz respeito à comunicação mediante e mediada pelas novas tecnologias digitais. No entanto, no quadro teórico da AD, todas as materialidades significantes que se inscrevem na rede virtual, como também a própria *internet*, são tomadas como objetos discursivos, afetados pela história e pela ideologia (SILVA SOBRINHO, 2011).

2. Pressupostos teóricos da Análise de Discurso

2.1. A Subjetividade na Análise do Discurso (AD)

A Subjetividade é um conceito presente em diversas áreas epistemológicas, no entanto, há uma complexidade em defini-la, ou delimitá-la, uma vez que isso só é possível, considerando qual é a teoria que a emprega. Neste artigo, a subjetividade é tomada do ponto de vista da AD desenvolvida por Pêcheux (1969, 1975, 1983), segundo a qual a subjetividade é não-subjetiva, pois o sujeito não é o dono do seu dizer, mas é construído ideologicamente.

A concepção de sujeito – um dos conceitos basilares da AD – está imbricada com a de sentido, sendo que ambos são constituídos mutuamente. Nessa perspectiva, o indivíduo para se constituir em sujeito discursivo, é interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente, produzindo assim, a ilusão do dizer e de uma suposta autonomia da subjetividade. Diferentemente do sujeito da Psicologia, por exemplo, o sujeito discursivo não tem intenções, ele é concebido como posições entre outras, ou seja, ele ocupa um determinado lugar para ser sujeito daquilo que diz Orlandi (1996).

Assim, sujeito e sentidos são constituídos mutuamente, portanto sem sujeito não há discurso, como salienta Orlandi (2003), no entanto não é o sujeito o seu ponto de partida, o que já demonstra que não se trata de um sujeito consciente, mas sim assujeitado, com isso percebe-se que o sujeito na AD é constituído diante de conjunturas histórico-sociais, tanto ele determina quanto é determinado.

O sentido nunca se apresentará como já produzido, ele não é individual e está ligado a uma rede de memórias e à historicidade (LEANDRO FERREIRA, 2003). Pêcheux é claro ao definir essa particularidade da concepção de sentido na AD: “[...] o sentido não existe em si mesmo, isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante, mas é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio histórico em que as palavras são produzidas.” (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 160).

Sendo que a AD é fundamentada na relação que existe entre sujeito e sentido, e sabendo que para existir sentido é preciso a interpelação ideológica constituir o sujeito discursivo, é importante ressaltar que a noção de social é ressignificada, não se trata mais dos traços sociológicos empíricos, mas sim das formações imaginárias que se constituem nas relações sociais que funcionam no discurso, a imagem que se faz de algo, de alguém, de um acontecimento... (ORLANDI, 1994).

Orlandi (2003) aborda acerca deste mecanismo, discorrendo sobre o processo de antecipação, na qual o sujeito se torna capaz de se colocar no lugar do seu interlocutor, e

assim, a depender dos efeitos que as suas palavras produzirão, ele dirá de um modo ou de outro. Logo, entende-se que não são os lugares físicos, ou sociais que são importantes para o discurso, mas sim o imaginário que é resultado das projeções que são feitas desses lugares, “[...] se o sujeito fala a partir do lugar de professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar do aluno” (ORLANDI, p. 39, 2003). Não são os sujeitos nem os lugares que importam, mas sim as imagens projetadas no discurso.

2.2. Memória discursiva

O discurso funciona sob as determinações da memória, outro conceito estritamente importante para a AD, mas cabe ressaltar que nesse quadro teórico todos os conceitos funcionam em conjunto, intrinsecamente, assim como o próprio discurso. A memória da AD não é a memória cognitiva e sim a memória discursiva, constituída da memória histórica e social. Como salienta Courtine, “[...] A noção de memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos; [...]” (COURTINE, 1981, pp. 105-106). O autor também afirma que o trabalho da memória permite a lembrança, a repetição, a refutação, mas também o esquecimento.

[...] se há repetição é porque há retomada/regularização de sentidos, que vão construir uma memória que é social, mesmo que esta se apresente ao sujeito do discurso revestida da ordem do não-sabido. São os discursos em circulação, urdidos em linguagem e tramados pelo tecido sócio-histórico, que são retomados, repetidos, regularizados. (INDURSKY, 2011, p. 71).

Pêcheux propõe que a memória discursiva “deve ser entendida [...] nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” e que o interdiscurso especifica as condições em que “[...] um acontecimento histórico (um elemento histórico descontínuo e exterior) é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de uma coerência próprio a uma memória” (PÊCHEUX, 1999 [1983], pp. 49-51).

Para a AD a memória discursiva pode atualizar-se em uma dada materialidade, um texto, por exemplo, retomando implícitos e pré-construídos “ausentes por sua presença” (PÊCHEUX, 1999 [1983], p. 52). Segundo Pêcheux (1999 [1983]) quando

isso acontece funcionam então os efeitos de memória, que podem tanto estabelecer uma regularização discursiva, efeito metafórico de paráfrase, ou uma desregulação dos implícitos, efeito metafórico de polissemia. Para o autor, a memória funciona como um jogo de forças que tanto pode instaurar a estabilização parafrástica de sentidos, como também a desregulação e a “perturbação” desses implícitos (PÊCHEUX, 1999 [1983], p. 52).

Assim, quando a memória é reinscrita nas materialidades, dá-se então o processo de repetibilidade. Segundo Indursky (2011), não se trata necessariamente de repetir *ipsis litteris*, ainda que possa também haver repetibilidade desta forma, mas a repetição também pode provocar uma ressignificação, uma ruptura com o discurso original, quando o sujeito contra identifica-se, por exemplo, com um determinado sentido já regularizado discursivamente, há então um deslizamento de sentidos, o que Pêcheux esclarece a seguir: “um enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, de deslocar-se discursivamente de seu sentido para derivar para outro”. (PÊCHEUX, 1999 [1983], p. 53). Indursky acrescenta: “[...] certos sentidos cristalizados podem se transformar e tornar-se outros” (INDURSKY, 2011, p. 72). A memória se constitui pela repetibilidade, implica a retomada de uma memória que foi regularizada (ACHARD 1999 [1983], pp. 11-17) nesse processo de repetibilidade, pode ocorrer a regularização ou a perturbação dos sentidos.

2.3. Discurso Digital

Para a AD, o digital proporciona novas maneiras de funcionamentos discursivos na sociedade (CAVALCANTI, 2015, p. 1), não se trata apenas da materialidade inscrita no digital que é suscetível de análise, mas também se torna parte analítica, considerando as condições de produção e de circulação do discurso, e os possíveis efeitos de sentidos que funcionam no digital, e dessa forma se abre possibilidade de análise deste discurso, o que é o propósito deste trabalho.

Este espaço virtual que comporta as materialidades do digital é denominado de ciberespaço (LÉVY, 1996), Cortes (2015) apresenta uma abordagem bastante interessante ao aprofundar as definições do espaço virtual, trata-o enquanto território, no sentido de espaço de disputas e de poder, que pode instaurar novas formas de (des)territorialização desse espaço; a autora ressalta que todo processo de

territorialização é de caráter político e ideológico, a exemplo da luta pela apropriação do espaço virtual/digital.

Considerando esta definição, está inerente que as condições de produção dos discursos provenientes do digital têm as suas particularidades, como a rapidez de divulgação, a presença de diferentes grupos sociais nos ambientes virtuais, e a diversidade de ideologias circulando neste espaço, dando possibilidade para o funcionamento de inúmeros efeitos de sentidos, como também de antagonismos em relação às posições-sujeito ocupadas pelos internautas, que podem ou não se identificar discursivamente com os sentidos produzidos no ciberespaço.

3. Ditadura Militar, um fato histórico.

Contextualizando o tema de análise, é importante considerar a Historiografia que mostra fatidicamente que a Ditadura Militar ocorrida no Brasil foi um período de atrocidades e de suscetíveis mazelas à sociedade, como discorrem Souza e Dias (2018):

Após o golpe de 1964, que depôs o presidente João Belchior Marques Goulart, que assumiu após a renúncia do titular Jânio da Silva Quadros, foram 21 anos de ditadura, tendo à frente os comandantes militares e em seu entorno civis de variados segmentos sociais. Foram décadas de intervenções autoritárias no sistema educacional, cassações de direitos políticos e profissionais, perseguições, prisões ilegais, torturas e assassinatos de opositores, sob a alegação do anticomunismo. (SOUZA; DIAS, p. 1, 2018).

Não obstante, quando se pensava que a democracia, mesmo jovem, já se estabilizava no país, surgiu – justamente após um pleito eleitoral (2014) que elegeu democraticamente para seu segundo mandato a presidente Dilma Rousseff – primeiramente no meio digital, através das redes sociais, anseios por seu *impeachment* e, conjuntamente, anseios também por uma intervenção militar.

Diante dessa conjuntura, é importante observarmos a constatação dos autores Souza e Dias, acerca da retomada de pretensões populares à possibilidade de um retorno ao período tenebroso já vivenciado no país:

Como observou Karl Marx, a história se repete como farsa e tragédia, na medida em que, atualmente, o conservadorismo autoritário vem conquistando espaços e uma parcela significativa da sociedade está defendendo o retorno aos ideais postulados em 1964 e às práticas ditatoriais, criminalizando os movimentos sociais e as matrizes do pensamento crítico, retomando o antigo discurso da crise econômica e

evocando novamente o espectro comunista para justificar as medidas de cunho fascista, [...]. (SOUZA; DIAS, p. 1, 2018).

Atualmente, as reflexões acerca deste movimento de busca por uma intervenção militar têm sido recorrentes no âmbito acadêmico, principalmente por historiadores, com valiosas contribuições; entretanto, analisar esse discurso, sob a ótica da AD, certamente é de grande relevância, para ampliar a compreensão do processo de subjetivação e dos efeitos de sentidos nessa trama discursiva.

4. O Gesto Analítico

Passemos ao momento analítico, apresentando o primeiro bloco de SDs com a SD1:



Fonte:

<https://www.facebook.com/170115863454850/photos/a.300606630405772/356803991452702/?type=3&theater>

Todo gesto analítico na Análise do discurso (AD), inicia-se pela descrição das materialidades que compõem cada sequência discursiva, nas quais se inscrevem as discursividades, nosso foco central.

Desse modo, esta primeira materialidade da SD1 é imagética e linguística, e traz a foto do atual vice-presidente da República, o general Hamilton Mourão, eleito em outubro de 2018 na chapa que também elegeu o presidente, Jair Messias Bolsonaro. O general aparece à frente de outros soldados e com expressão imponente, além de estar trajando as vestimentas características do exército brasileiro.

Na postagem, realizada em dezembro de 2017, a imagem do general Hamilton Mourão ilustra a publicação de uma página do *Facebook* intitulada *Intervenção Militar Já*, enunciado base de nossa análise. A página reúne atualmente mais de dois mil seguidores, não bastasse ser título da página, o enunciado também está inscrito na parte

linguística dessa materialidade que apresenta as seguintes formulações discursivas: “Temer faz ‘balcão de negócios’ para governar!” e “Mourão cabra macho Intervenção Militar Já”.

Naquele momento, o atual presidente da república era Michel Temer, eleito em 2014 para vice-presidente na chapa de Dilma Rousseff. Dilma sofreu *impeachment* em 2016, e assumiu em seu lugar o vice. O *impeachment* sofrido por Dilma já foi motivo de diversas contestações, diante da possibilidade de ter havido uma trama articulada pelo próprio Michel Temer e seus aliados, como o então presidente da Câmara Eduardo Cunha³, ambos já foram presos⁴ enquanto Dilma Rousseff segue livre e sem ter perdido seus direitos políticos mesmo após sua deposição.

A frase entre aspas inscrita na SD1 é de Hamilton Mourão, dita em sete (7) de dezembro de 2017, em palestra dado no Clube do Exército em Brasília⁵, o general, anteriormente já tinha dito que era favorável a uma atuação das forças armadas, ou melhor, uma intervenção militar⁶, (palavras dele), caso o judiciário não solucionasse os problemas políticos no país, e nesta oportunidade voltou a defender a intervenção, segundo ele para controle do “caos”, além de tecer duras críticas ao presidente Michel Temer, acusando-o de fazer balcão de negócios para se manter no poder até o final do mandato. No momento desta manifestação, o general ainda não era pré-candidato à vice-presidência, fato que só aconteceu em agosto de 2018, anúncio feito por Jair Bolsonaro⁷.

Dessa maneira, se inscreve no discurso da SD1 a tomada de posição-sujeito favorável à intervenção militar no Brasil. Tal posicionamento é afetado pela projeção imaginária de que uma intervenção, como a ocorrida com o golpe militar de 1964, seria a solução para controlar o caos que o país passa, diante da corrupção no governo e das condições de governabilidade prejudicadas pelos métodos de seus líderes. Ademais, a

³Fonte: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/temer-admite-que-cunha-so-autorizou-impeachment-porque-petistas-nao-o-apoiaram-na-camara/>

⁴Fonte: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/10/juiz-federal-sergio-moro-determina-prisao-de-eduardo-cunha.html> e https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/21/politica/1553178069_072501.html

⁵A postagem da SD1 gira em torno desta notícia, que pode ser encontrada em diversos veículos de comunicação como neste do Jornal O Estado de São Paulo: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,general-acusa-temer-de-fazer-balcao-de-negocios-elogia-bolsonaro-e-volta-a-defender-intervencao,70002113766>

⁶Fonte: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,general-fala-em-possibilidade-de-intervencao-militar-e-e-criticado-por-comando-das-forcas,70002005185>

⁷Fonte: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-anuncia-general-hamilton-mourao-como-vice-22950924>

figura de um general, no caso Mourão, produz também um efeito de autoridade legitimada, pela associação ao Exército, enquanto instituição de força e repressão, e assim, nessa trama, funciona o efeito de sentido para a suposta intervenção militar como uma saída para os problemas do país.

Ao considerar o general como “cabra macho” mobiliza os pré-construídos, ou seja, todo o conjunto dos já-ditos do que é ser considerado um cabra macho, expressão popular que caracteriza um homem corajoso, decidido e valente, dando essas características a Mourão, e produzindo o efeito de sentido de que essas são as condições para que uma pessoa consiga concretizar uma intervenção.

No ambiente virtual, o leitor ao visualizar uma determinada publicação, pode comentar acerca do seu conteúdo, neste estudo, o leitor é o internauta presente no *Facebook*, aqui, veremos que ele é interpelado pela ideologia do militarismo e ocupa a mesma posição-sujeito da SD1, favorável à intervenção, considerando as condições de produção e também as de circulação do discurso em questão.

O leitor é também um sujeito descentrado, já inscrito em um lugar social, a partir do qual pode ocupar distintos lugares discursivos e distintas posições-sujeito para interpretar e produzir sentidos. Logo, o ato de leitura também é realizado sob as condições de produção do leitor. (CORTES, p. 4, 2018)

E por essa leitura acontecer no espaço virtual, os sujeitos interlocutores são afetados pelas tecnologias digitais, pois a leitura no espaço digital também funciona em condições de produção específicas e diferenciadas. A seguir vejamos as próximas SDs analisadas, são comentários transcritos da postagem que constitui a SD1.

SD2

“N. M. É uma pena que só tem conversa, as forças Armadas não tem coragem para fazer a intervenção em nosso país, é uma vergonha o que o povo vem passando, dói no coração e na alma ver esta cambada de corruptos como o ministro Gilmar Mendes fazer o que quer e ninguém faz nada, abraços aos interventores.” (sic)

SD3

“E. M. M. Mas, já que os militares - "covardes" e "omissos" - não terão coragem e iniciativa para "salvar o Brasil", ficam as perguntas: Como pode um agrupamento de "covardes sem iniciativa" dar solução aos graves problemas enfrentados pela Nação? Por que, então, perder tempo, estendendo faixas e "batendo painéis" na frente dos quartéis, incitando incompetentes para irem à luta? [...]”

SD4

“D. A. A. EU ESTOU PERDENDO A ESPERANÇA NA Intervenção Militar JÁ”

Na SD2, se inscreve um comentário em que o leitor ocupa a posição-sujeito favorável à intervenção, interpelado pela ideologia do militarismo, no entanto, manifesta uma desesperança que as forças armadas atuarão efetivamente na intervenção, esta posição, que traz o funcionamento discursivo de anseio pela intervenção, demonstra uma regularidade discursiva na relação com a SD1, considerando a necessidade urgente de haver uma intervenção militar, supondo que seja a solução para combater a corrupção na política e no judiciário.

A SD3 mantém a regularidade discursiva da SD2; ao considerar os militares covardes e omissos, funciona o efeito de sentido de falta de iniciativa e de coragem para salvar o país dos graves problemas, apesar do imaginário de militares ser de coragem e firmeza. Aqui, funciona a mesma posição-sujeito ocupada pelo general Mourão e pelo sujeito discursivo da SD2, que considera intervenção militar como solução para o caos. Tais posições-sujeito são afetadas ideologicamente pelo mecanismo imaginário de que a Ditadura Militar, também iniciada com uma intervenção do exército, não seja problema e sim solução.

A SD4 materializa o mesmo discurso da defesa da intervenção, a projeção imaginária que se tem na SD4 e na SD2 é de que os militares são vistos como homens de coragem, mas há um efeito de sentido que questiona essa bravura, diante da ineficiência de ainda não terem realizado a tão demorada e urgente intervenção.

Desse modo, funciona um efeito de apagamento e silenciamento da verdadeira História que, como já vimos neste artigo, mostra o período governado por militares no Brasil, como um momento de inúmeras consequências negativas ao país, além da crueldade das torturas, sendo muitas pessoas afetadas direta ou indiretamente pelas truculências da ditadura militar. O silenciamento acontece através de um mecanismo discursivo que consiste na substituição de um enunciado por outros. Para compreendemos melhor este processo, vejamos:

A ligação entre silêncio e memória permite perceber, segundo Orlandi (1999, p. 59), que a memória é feita de esquecimentos, de silêncios e silenciamentos. Ainda para a autora, os esquecimentos podem ser de duas ordens: um sentido é esquecido (ou apagado) para que um novo sentido se constitua ou esquecem-se novos sentidos que já foram possíveis, “mas que foram estancados em um processo histórico-político silenciador” (id. *ibid.*, p. 62), sendo, assim, evitados ou “designificados”. Esse é o trabalho da censura. (GRIGOLETTO, M. 2003, p 233).

Indursky (2011) afirma que o apagamento de um determinado sentido discursivo, não necessariamente apaga este sentido no interdiscurso, que como já vimos se trata de uma memória de todos os dizeres, ou seja, um sentido pode desaparecer de uma formação discursiva específica, mas não será apagado do interdiscurso.

O silenciamento permite este apagamento de sentidos que já funcionaram na memória de um dado discurso, de várias formas, seja pela censura, pela negação, ou pelo esquecimento. Como podemos observar aqui em nossa análise, ao ansiar pela intervenção militar, funciona um efeito de apagamento do sentido do que foi a intervenção na época da ditadura, e observaremos nas próximas SDs que este apagamento acontece através da negação. Acontece que “o que é silenciado em uma formação discursiva é acolhido em outra formação discursiva [...]” (ACHARD, 1999, [1983], p. 64).

Costa Cardoso (2018) aborda que não é de agora que se acoberta o período ditatorial brasileiro, travando uma verdadeira disputa entre o silenciamento e as evidências históricas da memória sobre a ditadura, pois desde aquele regime, os próprios militares defendiam que a forma de governo em vigor, era benevolente à sociedade brasileira, e isso acabou sendo estipulado até chegar aos dias atuais, vejamos a seguir:

No cenário político do Brasil atual uma memória saudosa do golpe de estado civil-militar de 1964 e de sua ditadura voltou a assombrar parte da sociedade. Acreditava-se termos vencido a batalha da memória pela hegemonia de uma leitura das “esquerdas”, invocando suas vítimas e denunciando os perpetradores da violência. O último suspiro foram os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade em 2014 e de suas variáveis regionais e locais. De lá para cá, muita coisa mudou, aos poucos nos assustamos com movimentos de direita que se disseminaram pelo país e começaram a pedir “Intervenção Militar Já”. (COSTA CARDOSO, p. 1, 2018).

A produção de Costa Cardoso (2018) trata da utopia autoritária que é sugerida atualmente, considerando a História e baseando-se em obras produzidas desde o período ditatorial, que tratam da memória de contestação daquilo que era abordado sobre a ditadura, afirmada como tal. Já neste artigo, buscamos analisar discursivamente o enunciado disseminado no *Facebook* atualmente, que reivindica uma *Intervenção Militar Já*. A seguir apresentamos o segundo bloco de SDs e suas respectivas análises.

SD5



Fonte:

<https://www.facebook.com/historia.animada/photos/a.1084184184974006/1925031384222611/?type=3&heater>

Na materialidade que compõe a SD5, observamos uma charge do artista Walmir Americo Orlandeli, ilustrando uma postagem da página História Animada, com algumas inscrições de formulações discursivas, sendo que uma delas é o enunciado *Intervenção Militar Já*. A imagem da charge remete a um resgate de um time de futebol da Tailândia realizado em 2018. Composto por adolescentes e seu técnico, o time ficou preso em uma caverna após uma forte chuva impedir a saída deles do local⁸, o resgate só foi possível com o auxílio de mergulhadores.

Ao associar a charge ao fato, funciona o que na AD denominamos de metáfora discursiva, pois acionamos a memória do resgate ao observarmos a imagem. Quando os sentidos se reinscrevem nas formulações ou materialidades e assim se repetem, instaura-se a metáfora discursiva, podendo instituir os efeitos metafóricos. Segundo Pêcheux, a metáfora discursiva consiste na substituição de palavras, expressões ou proposições em determinadas formulações, o efeito metafórico funciona quando há uma substituição contextual (PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 96). Assim, a metáfora pode instituir tanto o mesmo efeito de sentido, denominado de paráfrase, como pode instaurar a polissemia, que são os deslocamentos, as rupturas dos processos de significação (ORLANDI, 2003).

A metáfora aqui se dá tanto com a imagem do resgate, como também com o que é resgatado, já que o processo metafórico funciona pelas substituições, vemos que nesta, (SD5), tendo em vista a posição-sujeito de repúdio à intervenção militar, por ser esta

⁸ Fonte: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44827229>

vista como algo extremamente negativo; ou seja, a posição-sujeito da SD5 é de contestação e repúdio à tomada de poder pelos militares, sendo que esta é compreendida como o retorno da ditadura e assim funciona também o efeito de sentido sobre a necessidade de um resgate da História para mostrar a verdadeira face de uma ditadura, a saber, que a intervenção militar é ditadura sim, e por isso não deve voltar jamais. Logo, da mesma maneira que houve o resgate do time de futebol da caverna, que remete a trevas, escuridão, etc., temos a relação com o resgate da História para trazer esse processo à luz do conhecimento e extirpar a ignorância que busca silenciar e apagar a memória da Ditadura Militar de 1964.

O Mito da Caverna de Platão⁹, que consiste na tentativa de explicar a condição de ignorância em que vivem os seres humanos, também estabelece relação metafórica com a charge de Orlandeli. O efeito metafórico funciona com a estabilização parafrástica, pois as formulações inscritas na materialidade trazem o funcionamento discursivo de que é necessário sair da “caverna da ignorância da História” - sendo esta ciência a luz que dissipará as trevas dos sentidos da “intervenção militar já”, projetada imaginariamente como algo bom, já que é comum o funcionamento de ditos: “Ditadura é que era bom” e naquela época “não existia corrupção”.

Na charge, o mergulhador segue para resgatar da ignorância os indivíduos que são interpelados pela ideologia do militarismo e afetados pelo efeito de apagamento da História da Ditadura. Indo de encontro aos ignorantes com um livro de História nas mãos, busca, através do conhecimento dos verdadeiros fatos sobre a Ditadura Militar, esclarecer às pessoas para que elas possam “conhecer a luz” e iluminar o entendimento. O efeito metafórico se dá, portanto, com o mito da caverna de Platão, cujo objetivo é o de considerar o senso crítico como luz, ao invés do senso comum. Funciona também no discurso da SD5, o efeito metafórico com sentido parafrástico em relação à memória do resgate dos jogadores de futebol presos na caverna da Tailândia, pela substituição do termo História, que necessita ser resgatado.

SD6

“V. L. A ditadura provavelmente era boa sim, pq senão não tinha durado tanto tempo. Assim como o capitalismo ou socialismo é bom... mas esse "bom" é relativo. Hj dei uma atividade de autoavaliação e os alunos "ruins" se deram nota maior, ao passo que os bons foram coerentes. Então o problema do Brasil não é a ditadura, não é o capitalismo e muito menos a falta de estudar história. O problema

⁹ Fonte: <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/203.pdf>

do Brasil é o brasileiro q quando eleito, passa a trabalhar para um sistema que veio junto com Cabral e esquece que esta lá representando o povo.” (sic)

SD7

“T. D. S. "não tinha durado tanto tempo", minha filha, ela durou tanto tempo porque quem tentava derruba-la era torturado, morto e tinha o cadaver ocultado e depois era dado como "terrorista". um exemplo de que ditadura tem muita resistencia(para acabar com esse seu podre argumento) é a Síria, praticamente o país inteiro quer acabar com a ditadura de Assad, porem ele tem o exercito em suas mãos e pra derrubar um exercito exige muitos confrontos armados e esforços, não apenas manifestações passivas! (sic)

SD8

“A. J. P. Por estudar a história que concordo com o termo "Período Militar", não houve ditadura,isso ao meu ver claro,cada um tira a opinião que quiser!” (sic)

Diante das postagens, o discurso digital tem a sua especificidade nas condições de produção, que como já vimos neste artigo, possibilita embates e disputas de territorialidade. Assim a SD6 é constituída por um comentário no qual funciona uma posição-sujeito de defesa da ditadura, pela interpelação ideológica do discurso do militarismo, sendo inclusive inscrita a mesma formulação criticada na charge em que consiste afirmar que a ditadura foi boa. O discurso é de que não fosse assim, não teria durado tanto tempo, o autor do comentário ocupa uma posição-sujeito que considera a Ditadura Militar de 1964 irrelevante; nesse discurso, o sujeito é interpelado pela ideologia do silenciamento dos sentidos de horror da ditadura, sendo esta construída como um período de bonança na história do país; e ainda, efeitos de sentidos de que não importa o regime de governo, já que o “problema do país” está no brasileiro.

Já a SD7 materializa um discurso combatente ao inscrito na SD6, contrariando a posição-sujeito que alega que a ditadura durou “tanto tempo” por ser boa, e sim porque era uma ditadura, ou seja, um governo autoritário que não concede ou muito menos permite que se estabeleça uma oposição sem haver retaliação: “[...] ela durou tanto tempo porque quem tentava derruba-la era torturado, morto e tinha o cadaver ocultado e depois era dado como "terrorista".” (sic)

Conforme já dito, na charge (SD5) funciona um discurso que atribui a ignorância da História como motivação para o anseio por uma nova intervenção militar, pois esta é construída com efeito de apagamento de sentidos para ditadura. No entanto, a SD8 apresenta um efeito de sentido de contestação, quando o leitor alega que “por estudar história” é que concorda que não houve ditadura e sim um “período militar”. Observamos que o sujeito é afetado ideologicamente pela mesma posição de apagamento da memória da ditadura no Brasil. Temos ainda no discurso inscrito na

SD8, um efeito de sentido de negação da ciência Histórica, considerada irrelevante, colocando o senso comum como superior ao sendo crítico e ao conhecimento científico.

5. Efeitos de conclusão

Nas discursividades digitais aqui analisadas, materializadas na rede social *Facebook*, onde também circulam, observamos as disputas de sentido na territorialidade do ciberespaço, com o funcionamento de diferentes posições-sujeito.

No primeiro bloco de SDs observamos que funciona uma regularidade discursiva com efeitos de sentidos de apagamento e silenciamento da realidade histórica sobre a Ditadura Militar no Brasil. Tais efeitos de sentidos são afetados pelo imaginário de força, de coragem e de austeridade para a instituição Exército e poder militar. Nessa conjuntura discursiva, funciona a posição-sujeito favorável à intervenção militar como uma possível solução aos problemas sérios que afetam a nossa nação. Na seção de comentários, (blocos 1 e 2) trava-se um embate discursivo acerca dos sentidos para intervenção militar, com distintas posições-sujeito, majoritariamente, de adesão ao discurso do militarismo, pelo anseio de uma intervenção, que supostamente iria resolver os nossos problemas.

Na Análise de Discurso, o sentido sempre pode ser outro, e assim sempre haverá resistências e embates como os observados aqui. No espaço digital ainda podemos perceber as disputas de territorialidade nas tensões ideológicas. É fundamental, no gesto analítico, considerar as especificidades desse lugar de produção e circulação de diferenciados discursos que é a *internet*, e mais especificamente a rede social *Facebook*, com as facilidades de acesso à rede e contatos com diferentes grupos sociais, a ilusão do anonimato ou da liberdade de expressão, assim como a velocidade de divulgação do que é produzido por lá. As redes digitais e sociais devem ser observadas como espaço discursivo que mobiliza rede de memórias, de discursos, de sujeitos.

As posições-sujeito que prevalecem no discurso analisado no segundo bloco, são as de apagamento da História, do menosprezo pelo conhecimento e do culto à ignorância. Tal processo de escuridão se dá pelo desconhecimento da verdadeira face histórica brasileira, e decorre da pouca discussão existente no país, seja nos ambientes acadêmicos ou na sociedade no geral, sobre a Ditadura Militar Brasileira de 1964, que tanto mal fez aos seus combatentes e manchou a história do país, de sangue e de

vergonha. Esta última sem o efeito de constrangimento que ela deveria proporcionar até os dias atuais, mas agora transforma-se em um orgulho cego e ignorante.

Referências

- ACHARD, Pierre et al. **Papel da Memória**. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, [1983] 1999.
- CAVALCANTI, Laura Jorge Nogueira. **A promessa da democratização pela internet e os furos da realidade no virtual: Como o arquivo radicaliza**. VII SEAD. Recife – PE, 2015.
- CORTES, Gerenice Ribeiro de Oliveira. **Movimentos sociais, interlocução discursiva e a (re)territorialização do ciberespaço: uma análise da greve de professores estaduais da Bahia em 2012**. VIII Seminário Internacional As Redes Educativas e as Tecnologias: Movimentos Sociais e Educação, Junho/2015.
- COSTA CARDOSO, Lucileide. **“Volta à Ditadura”? Retorno da utopia autoritária presente nas memórias de militares e civis de 1964**. In: Contenciosa, Año VI, nro. 8, 2018 - ISSN 2347-0011.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, (1981) 2009, 250 p.
- GRIGOLETTO, Marisa. **Silenciamento e memória: discurso e colonização britânica na Índia**. Organon (UFRGS), Porto Alegre – RS, v. 17, n.35, p. 229-243, 2003.
- INDURSKY, Freda; MITMANN, Solange; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. (Org). **Memória e História na Cena Do Discurso**. Campinas, SP, Mercado de Letras, 2011.
- LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina. **O caráter singular da Língua na Análise do Discurso**. Revista Organon, vol.17, nº 35. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003, p.189-200.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Exterioridade e ideologia**. Cad. Est. Ling., Campinas, (30):27-33, Jan./Jun. 1996.
- ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. Campinas: Pontes, 2003.
- ORLANDI, Eni. **Discurso, Imaginário Social e Conhecimento**. Em Aberto, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento?** Campinas-SP: Pontes, 1990.
- PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso. In: GADET & HAK (org). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, [1969]1997, pp.61-161.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução: Eni Pulcinelli Orlandi [et al.] – 2. Ed. – Campinas, SP. Editora da UNICAMP, [1975] 1995.

PÊCHEUX, M. O papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da Memória**. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, [1983] 1999.

PÊCHEUX & FUCHS A propósito da Análise Automática do Discurso. In: GADET & HAK (org). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Ed. Unicamp, [1975] 1997, pp.163-252.

PLATÃO. A alegoria da caverna. **A República**. (514a-517c). Disponível em:
<http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/203.pdf>.

SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da. Redes de sentidos e raciocínios antagonistas: a Internet na interface do discurso. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S.; SCHONS, C.R. **Discursos em rede: práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço**. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2011.

SOUZA, Daniela Moura Rocha de; DIAS, José Alves. **Apresentação do Dossiê Ditadura Militar no Brasil**. In: Contenciosa, Año VI, nro. 8, 2018 - ISSN 2347-0011.